

# AVANÇOS DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA EM 2014-2015

---





AVANÇOS DO PROGRAMA  
BPC NA ESCOLA EM 2014-2015

---

Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS

1ª edição  
São Paulo, 2016



Organização  
das Nações Unidas  
para a Educação,  
a Ciência e a Cultura

Cooperação  
**Representação  
no Brasil**



Esta publicação tem a cooperação da UNESCO no âmbito do Projeto 914BRZ3019, o qual tem o objetivo de consolidar o Sistema Único de Assistência Social - SUAS na metrópole de São Paulo.

O(s) autor(es) é (são) responsável(is) pela escolha e apresentação dos fatos contidos neste livro, bem como pelas opiniões nele expressas, que não são necessariamente as da UNESCO, nem comprometem a Organização. As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco a delimitação de suas fronteiras ou limites.

São Paulo (SP). Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social

Avanços do Programa BPC na Escola Em 2014-2015 - São Paulo: SMADS, 2016.

ISBN: 978-85-69987-02-4

1. Programas de Transferência de Renda – São Paulo (SP) 2. Assistência Social – São Paulo (SP). – Mapas I. Título

Fernando Haddad  
**Prefeito**

Luciana Temer  
**Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social**

Cristina Cordeiro  
**Secretária Adjunta de Assistência e Desenvolvimento Social**

Sandra Vanderci Ramos  
**Coordenadora de Proteção Social Básica**

**Gestão do Programa BPC na Escola na SMADS**

Fatima de Jesus Teixeira - coordenação

Izilda Aparecida Losevicene

Maria Madalena Rodrigues Wu

Marli Matos de Godoi

**Equipe da Coordenadoria de Proteção Social Básica**

Ana Maria Modolo Diz

Cleusa Esteves

Eloisa Neves de Souza

Mariangela Sant'anna da Silva

Milena de Souza Bonfim Shiquete

Maria Rita Gomes de Freitas

Rita de Cassia Monteiro de Lima Siqueira

Em 2007, quando exercia o cargo de Ministro da Educação, realizamos o primeiro pareamento entre bases de dados do Cadastro Administrativo do BPC (DATAPREV/MPS, base de 2007) e do Censo Escolar (INEP/MEC, ano base 2006), indicando que dos 340.536 beneficiários do Benefício de Prestação Continuada – BPC, pessoas com deficiência, na faixa etária de zero a dezoito anos, somente 100.574 (29,53%) estavam matriculados, enquanto 239.962 (70,47%) não tinham registro no sistema regular de ensino.

Esta constatação exigiu a articulação entre os programas, projetos e serviços de educação, assistência social e saúde, por meio de ações intersetoriais, com o objetivo de promover o acesso e permanência na escola das pessoas com deficiência beneficiárias do BPC.

Desta forma, em 2007 instituímos o Programa BPC na Escola de cunho interministerial, por considerarmos que as pessoas com deficiência gozam de direitos humanos em condições de igualdade com as demais pessoas.

A deficiência não é um atributo da pessoa e as limitações físicas, sensoriais, intelectuais e múltiplas estão associadas a barreiras de ordem ética, econômica, social e outras.

Quando a cidade de São Paulo demonstra que de 2013 a 2015, dos beneficiários entrevistados, 79% freqüentam a escola atualmente, percebe-se que houve um avanço na garantia de acesso à educação, atenção à saúde, assistência social, acessibilidade, por meio da articulação de políticas governamentais.

A divulgação desta experiência traz visibilidade, demonstrando que é possível realizar ações articuladas e integradas, a partir do Centro de Referência de Assistência Social, na perspectiva de assegurar direitos, às pessoas com deficiência que não são alcançadas pelas políticas públicas, abrindo novas possibilidades de efetivação do acesso aos direitos sociais.

Quero parabenizar os profissionais que participaram deste trabalho e continuam acreditando que podem fazer a diferença no fortalecimento da autonomia, independência e inclusão social.

Fernando Haddad  
**Prefeito de São Paulo**

Em 2013, ao assumir a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social tive a oportunidade de aprofundar-me no Programa BPC na Escola e, com a ajuda do nosso corpo técnico, aprimorar o trabalho que vinha sendo feito na cidade de São Paulo desde a sua criação em 2008.

Nossa maior preocupação no início da gestão foi localizar aqueles que por alguma razão ainda não eram atendidos e, mais do que isso, conhecer a fundo suas demandas, necessidades e potencialidades. Procuramos mapear as dificuldades encontradas em cada território para dar maior visibilidade a estes jovens, e assim proporcionar-lhes melhor qualidade de vida.

Por meio dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) realizamos um árduo trabalho social com os beneficiários e também com suas famílias no intuito de fortalecer sua autonomia, participação e inclusão social, além de proporcionar acesso à rede socioassistencial e a outras políticas públicas.

Esta publicação é o relato deste esforço conjunto e o reconhecimento de que o compromisso do corpo técnico dos CRAS em aplicar questionário específico para aprofundar o conhecimento do público-alvo do Programa mostrou-se essencial para incluí-los na escola, nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculo, e somado a estas ações realizar a articulação necessária para os encaminhamentos às demais políticas setoriais.

É com grande alegria que compartilhamos esta experiência, com o objetivo de registrar os avanços do Programa BPC na Escola, na gestão do Prefeito Fernando Haddad, que por ocasião da criação do Programa estava à frente do Ministério da Educação e que se empenhou para garantir a inclusão escolar das crianças, adolescentes e jovens com deficiência.

Luciana Temer

**Secretária Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social**

## SUMÁRIO

---

Histórico do Programa BPC na Escola .....	14
Cenário atual da cidade de São Paulo .....	17
A Busca Ativa e as intervenções no território .....	19
A importância de encontrar os beneficiários do Programa BPC na Escola - um relato de caso .....	22
Atuação da equipe da Proteção Social Básica na aplicação e encaminhamento dos questionários .....	27
O processo de aplicação do questionário .....	31
Desafios da inserção de crianças e adolescentes com deficiência na escola .....	36
Intersetorialidade e o BPC na Escola .....	40
Impactos do BPC na Escola nas Políticas Públicas .....	48
Ações da Secretaria Municipal de Educação .....	51
Conclusão .....	55



## HISTÓRICO DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA

O BPC (Benefício de Prestação Continuada) é um benefício da Assistência Social, pago pelo Governo Federal e assegurado pela Constituição de 1988, disponível para idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência de qualquer idade, que tenham renda familiar inferior a 1/4 do salário mínimo por pessoa

A criação do Programa BPC na Escola foi um passo muito importante no reconhecimento, pelo Estado brasileiro, do seu compromisso com a pessoa com deficiência. Outros direitos foram assegurados pela Lei Brasileira de Inclusão, nº 13.146 de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

A publicação da Portaria Interministerial 01, de 12 de março de 2008, que operacionaliza o Programa, tem por objetivo promover a elevação da qualidade de vida e da dignidade das pessoas com deficiência de 0 a 18 anos de idade que recebem o Benefício, garantindo-lhes o acesso e a permanência na escola, por meio de articulação intersetorial. Para tanto, foram envolvidas as políticas de Assistência Social, Educação, Direitos Humanos e Saúde, favorecendo seu pleno desenvolvimento.

Desde então, a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), seguindo as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), vem realizando o Programa BPC na Escola, e outras ações para verificar se as crianças e adolescentes beneficiárias frequentam ou não a escola.

O município de São Paulo aderiu ao Programa em 2008, sob coordenação da SMADS, em conjunto com as Secretarias de Educação, Saúde, da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, e a Comissão Municipal dos Direitos Humanos. Neste ano foi também criado o Grupo Gestor Intersecretarial (GGI), com representantes dessas secretarias. No ano seguinte, diante das dimensões da cidade, foi criado, em cada Subprefeitura um Grupo Gestor Regional (GGR).

“O BPC faz parte do pacto de aprimoramento do SUAS”, destaca Sandra Vanderci Ramos, coordenadora de Proteção Social Básica da SMADS. E acrescenta: “Quando o município de São Paulo assina o pacto, se compromete a realizar esse Programa, e [assume] a responsabilidade de se aproximar das famílias, fazer com que elas não sejam apenas nomes ou números”.

Sob responsabilidade dos técnicos dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), com o objetivo de identificar as barreiras que impedem ou dificultam o acesso e a permanência na escola dos beneficiários com até 18 anos, nos anos de 2009 e 2010 foram aplicados 13.976 questionários.

Diante da quantidade e riqueza dos dados colhidos por essa pesquisa, a SMADS decidiu fazer uma análise por amostragem estatística, com 800 beneficiários, constatando, então, que 65% deles afirmavam frequentar a escola.

Desses estudos, em 2011, resultou a publicação do livro *Programa BPC na Escola – uma experiência inovadora na cidade de São Paulo*. Já no ano anterior, a experiência havia recebido o *Prêmio Rosane Cunha*, concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e citação no *Catálogo de Experiências Municipais do Programa BPC na Escola*, lançado pelo mesmo Ministério, com o intuito de divulgar propostas inovadoras e resultados positivos alcançados pelo referido Programa em diversas regiões do país.

De 2011 a 2013, um percentual dos beneficiários que responderam aos questionários, e apresentaram situações de vulnerabilidade, foram acompanhados por técnicos do CRAS, por meio do PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família).

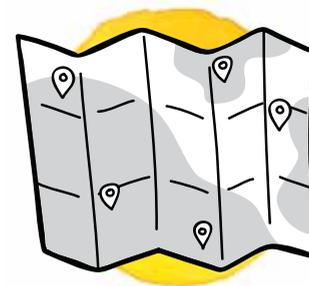
Nos dois anos subsequentes, a SMADS, por meio do corpo técnico dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), empenhou-se em criar estratégias para localizar o maior número de beneficiários do Programa, a fim de dar visibilidade às situações não alcançadas pelas políticas públicas.



O monitoramento do trabalho, neste período, foi realizado pela equipe de Proteção Social Básica. Como resume Fátima de Jesus Teixeira, integrante da equipe, “fizemos a retirada do questionário - um por um, porque há questões personalizadas, georreferenciamos na cidade, distribuimos para os CRAS e SASF (Serviços de Assistência Social à Família), nos domicílios, fizemos capacitações, inserimos os dados”.

Num esforço conjunto para garantir a completude e a intersectorialidade do atendimento - princípios do Programa BPC na Escola, muitas famílias foram acompanhadas por profissionais dos CRAS e encaminhadas a outras políticas setoriais.

Tais ações do Programa subsidiaram iniciativas das políticas de Assistência Social, Educação, e Saúde, como será relatado nos capítulos seguintes, destacando-se, dentre elas, a atuação colaborativa dos Professores de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (PAAIs), a ampliação dos serviços socioassistenciais da SMADS para a pessoa com deficiência (Núcleo de Apoio à Inclusão Social para Pessoas com Deficiência - NAISPD), e o estabelecimento da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, na Secretaria Municipal de Saúde.



## CENÁRIO ATUAL DA CIDADE DE SÃO PAULO

A cidade de São Paulo atende 206.245 beneficiários do BPC, sendo 83.373 pessoas com deficiência e 122.872 idosos (Ministério do Desenvolvimento Social/novembro de 2016), que apresentam fragilidades inerentes à condição e ao ciclo de vida, agravadas pela situação de pobreza.

Para estas famílias, o BPC se constitui como efetiva provisão e traduz o princípio da certeza e do direito à Assistência Social, por meio da segurança de sobrevivência, ou rendimento, que possibilita a manutenção da família em condições dignas.

Estudos indicam que o BPC é concedido predominantemente à população mais pobre: 74% dos beneficiários estão abaixo da linha de pobreza. O valor do benefício é suficiente não apenas para atenuar a pobreza, mas erradicá-la entre a grande maioria dos que o recebem (IPEA/2009).

A Rede de Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) conta com 54 unidades na cidade de São Paulo e é referência, nos territórios em que estão inseridos, dos serviços SASF (Serviço de Assistência Social à Família e Proteção Social Básica no Domicílio), os beneficiários do BPC e suas famílias. Marli Matos de Godoy, da equipe de Proteção Social Básica da SMADS, destaca: “como temos mais de 190 mil pessoas que recebem o benefício na cidade, é muito difícil os nossos CRAS acompanharem todos. Então há uma prioridade mais específica, que são os beneficiários que estão no foco do BPC na Escola e em situações de vulnerabilidade para além da questão da deficiência”.

### São Paulo em números

11 milhões de habitantes residem em mais de 3 milhões de domicílios.

24,6% (mais de 2 milhões e meio) declararam ter alguma deficiência.

Fonte: Censo 2010 e documento Vazios Socioassistenciais/SMADS/COPS/2013



O acompanhamento realizado pelo CRAS dos beneficiários do BPC e suas famílias, garante o direito das crianças e dos adolescentes participarem, conviverem na sua comunidade, aprenderem, desenvolverem suas capacidades, construir suas identidades no tocante ao respeito à diferença, além de melhorarem suas condições de vida. Esse conjunto de ações possibilita o empoderamento e o protagonismo necessários para a família alcançar um novo patamar de cidadania.

A rede CRAS referencia e promove articulação permanente com a rede de serviços socioassistenciais, com destaque para o SASF, que tem por público prioritário também o beneficiário do BPC e suas famílias.

No desenvolvimento do Programa BPC na Escola os 64 SASF são aliados importantes na localização, acompanhamento dos beneficiários residentes em sua área de abrangência, sendo a visita domiciliar sua principal atuação.

### O BPC na Política Nacional de Assistência Social

“(…)o BPC não deve ser tratado como o responsável pelo grande volume de gasto ou como o dificultador da ampliação do financiamento da assistência social. Deve ser assumido de fato pela assistência social, sendo conhecido e tratado pela sua significativa cobertura, 2,5 milhões de pessoas; pela magnitude do investimento social, cerca de R\$8 bilhões; pelo seu impacto econômico e social e por retirar as pessoas do patamar da indigência. O BPC é processador de inclusão dentro de um patamar civilizatório que dá ao Brasil um lugar significativo em relação aos demais países que possuem programas de renda básica, principalmente na América Latina. Trata-se de uma garantia de renda que dá materialidade ao princípio da certeza e do direito à Assistência Social”  
Fonte: Política Nacional de Assistência Social/2004



## A BUSCA ATIVA E AS INTERVENÇÕES NO TERRITÓRIO

A Busca Ativa é uma estratégia de proteção social que reverte a sistemática pública usual de espera pela demanda. Aproximar-se do cidadão e conhecer mais a fundo o território de atuação são práticas essenciais para o trabalho da Assistência Social. Essa nova postura com relação à população mais empobrecida e vulnerável busca alcançar aqueles que normalmente não acessam os serviços públicos e que, por diversas razões, estão fora das redes de proteção, desconhecendo seus direitos, tornando-se invisíveis para a sociedade.

No caso específico do Programa BPC na Escola, a Busca Ativa torna-se essencial, não apenas pela aplicação dos questionários que sistematizam informações sobre suas condições de habitação, de saúde, vida escolar, bem como a precariedade de moradia, eventuais dificuldades no transporte, relacionadas às suas condições de saúde e características de mobilidade que, em muitos casos, dificultam sua locomoção até o CRAS ou SASF, ou mesmo a de um familiar responsável por seu cuidado, para acessar benefícios, programas e serviços da Assistência Social.

Em que pese a demanda já atendida pelas equipes dos CRAS e SASF, a Busca Ativa para a aplicação dos questionários pode agregar outras informações importantes para o trabalho, tais como a sistematização das questões comuns às famílias dos beneficiários, a identificação dos problemas locais, inclusive de outros aspectos não abordados nas investigações.

### Território

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) define a *territorialização* como um dos eixos estruturantes da Política de Assistência Social, cabendo ao CRAS, enquanto instância pública, materializar a presença do Estado no território, assegurando a oferta de serviços e o acesso aos direitos socioassistenciais.

Se é no território que se materializam relações de poder, desigualdades, conflitos, riscos, vulnerabilidades, desproteção social, é também nele que emergem potências para a superação dessas dificuldades, através da criação de sentidos de *vizinhança e pertencimento*.



Portanto, a implementação dos CRAS em territórios de vulnerabilidade social significa, paradoxalmente, tanto o reconhecimento de dificuldades como de potências.

Em suma, a trajetória das famílias que vivem num determinado território inscreve-se num contexto mais geral, ou seja, na trajetória dos territórios onde vivem. Assim, famílias e territórios influenciam-se reciprocamente. O CRAS, ao realizar através de um profissional a visita domiciliar ao beneficiário do BPC, tem pois, possibilidade de intervir na história de cada família e também no território, a partir do acompanhamento dos casos, podendo colaborar diretamente na estruturação de projetos de vida dos cidadãos, considerando-os como sujeitos de direito.

## **PAIF**

O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, consiste no trabalho social de apoio continuado às famílias, prioritariamente das beneficiárias do BPC, como parte do serviço de Proteção Social Básica do SUAS.

Atua junto às famílias, através de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo, prevenindo a ruptura de seus vínculos, promovendo o acesso e usufruto de direitos, como forma de melhoria de sua qualidade de vida.

Ofertado de forma exclusiva pelo CRAS, o PAIF possibilita a definição de estratégias para a superação de barreiras e preconceitos, assegurando a inclusão social e a inserção nos serviços socioassistenciais e de outras políticas públicas, em especial as de Educação e Saúde.

Para cada família acompanhada é elaborado um Plano de Desenvolvimento Familiar, no qual são pactuados os compromissos assumidos pelo técnico de referência e o responsável da família, cujas informações coletadas devem ser registradas no Sistema BPC na Escola e no Registro Mensal de Atendimento/Prontuário Eletrônico Simplificado.

Dentre os encaminhamentos realizados pelo PAIF, destacam-se:

- AES Eletropaulo e SABESP – para obtenção da tarifa social;
- Serviços conveniados da Rede Socioassistencial;
- Programa Viva Leite;
- Defensoria Pública;
- Poupatempo;
- Rede Intersecretarial (Saúde, Habitação);
- Escola, para os casos de criança que não a frequentem;
- Saúde: serviços de fonoaudiologia, psicologia, fisioterapia, entre outros
- Rede de garantia de direitos: CREAS, Conselho Tutelar, Previdência Social, Poder Judiciário, entre outros;
- Cadastro Único para acesso aos Programas Sociais.

### ***Quando devem ser integradas a Proteção Social Básica e a Proteção Social Especial para atender beneficiários do BPC?***



Vi o BPC Na Escola nascendo. E o mais importante que vi acontecer nesses 10 anos foi a integração das duas Proteções: a Proteção Social Básica [que atua na prevenção de situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições] e a Proteção Social Especial [destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social]. Quando falamos de uma pessoa com deficiência, estamos falando de uma pessoa que pode ter uma série de outras vulnerabilidades que ultrapassam o trabalho só da prevenção. Nas aplicações do questionário por profissionais da equipe de Proteção Básica, foram inúmeras as vezes em que se depararam com situações de violação de direitos que já estavam instaladas. Daí a necessidade de atuação de ambas as equipes, para a proteção integral a essas famílias.

*Maria Madalena Rodrigues Wu*

*Pedagoga, Supervisora Técnica, referência da área de Deficiência, na Equipe de Proteção Social Especial da SMADS*



## A IMPORTÂNCIA DE ENCONTRAR OS BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BPC NA ESCOLA – UM RELATO DE CASO

O Ministério da Educação realizou um cruzamento entre as bases de dados do BPC, no Plano Nacional, e o resultado do Censo Escolar relativos ao ano de 2007. Esse confronto desencadeou uma ação piloto em algumas capitais, a partir da aplicação de um questionário para mapeamento das condições de habitação, de saúde, vida escolar, entre outras. Desse estudo que apontou o dado alarmante de que, aproximadamente, 70% dos beneficiários até 18 anos estavam fora da escola, originou-se o Programa BPC na Escola. Hoje, na cidade de São Paulo, a frequência escolar dos beneficiários até 18 anos aumentou para 79%.

Oferecer acesso e condições de permanência na escola às crianças com deficiência beneficiárias do Programa tem sido um grande desafio, pois, além de exigir adaptações de mobiliário escolar e de transporte, atrela-se a condições de saúde, habitação e dinâmicas familiares específicas. Para agir sobre essas questões, muito colaboraram a sistematização das informações colhidas pela aplicação do já mencionado questionário.

Na cidade de São Paulo, esse passo importante de mapeamento através da aplicação de questionário ficou sob responsabilidade das equipes técnicas dos CRAS e SASF, o que permitiu, não só o acompanhamento das situações apresentadas, como encaminhamento a programas de outras políticas como as de Habitação, Saúde, Educação, entre e outras.

Tal Busca Ativa permitiu desvendar a extrema vulnerabilidade a que estão expostos muitos beneficiários e suas famílias. O valor pago pelo BPC, de um salário mínimo, responde apenas em parte às suas necessidades. A distância entre a moradia e os locais de serviços públicos, a falta de acessibilidade e até mesmo o desconhecimento de informações, muitas vezes, também são impeditivos para que as famílias usufruam de direitos básicos. Nesses casos, as equipes técnicas acabaram por ser a “ponte” entre os serviços públicos e os que deles mais precisam.

É preciso ressaltar que a tarefa de encontrar os beneficiários não foi fácil: ruas com numeração irregular, ou cujos nomes foram alterados; mudanças de endereço e de telefone; ausência do morador beneficiário, na hora da visita para aplicação do questionário, por conta de consulta ou tratamento de saúde, ida à escola, entre outras razões, exigiram esforços e muito diálogo com a vizinhança, com agentes das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) que percorrem as regiões visitando os domicílios.

Um dos principais avanços do período 2014-2015 do Programa BPC na Escola foi a diminuição expressiva dos questionários não respondidos pelas razões acima expostas. Daí, a questão 119, que trata da justificativa de não preenchimento do questionário, ter se tornado o ponto principal a ser equacionado nesses dois anos, com o empenho das equipes técnicas dos CRAS e SASF, o suporte da Coordenadoria de Proteção Social Básica (o que levou inclusive à elaboração de novas estratégias de localização) e o trabalho intersetorial para cruzar informações das listagens das escolas, realizar contatos com as UBSs e consultar dados do Cadastro Único e dos arquivos dos CRAS.

Posto que o Sistema BPC na Escola não permite a inserção de questionários com informações em aberto, o compromisso e a sensibilidade do profissional aplicador foram fundamentais para o preenchimento da totalidade do questionário composto por dados

### ***Por que em São Paulo as equipes técnicas dos CRAS e SASF foram escolhidas para aplicar o questionário do BPC na Escola?***



Nós entendemos que o CRAS é a porta de entrada da Assistência Social. Em São Paulo, temos 54 unidades, com capilaridade em todo o município. Têm uma equipe técnica que pode fazer esse acompanhamento. E junto ao CRAS, nós temos também uma rede de serviços, que é o SASF, que faz o processo de levar a Proteção Social Básica à casa das famílias. O CRAS e o SASF são as unidades da Assistência Social mais próximas às famílias. Estão no território onde a família mora. O CRAS vai fazer a aproximação com a escola do território, com a UBS próxima. A gente faz com que o trabalho aconteça onde a família tem sua rede de fortalecimento. Aí a família pode contar com a equipe técnica do CRAS não apenas para as ações do BPC, mas para todas as ações que ela necessite da Assistência Social.

*Sandra Vanderci Ramos*

*Pedagoga, Coordenadora da Proteção Social Básica da SMADS*

sobre documentação e endereço, tipo de deficiência, acesso à escola e a políticas públicas, trabalho, produtos e tecnologia assistiva, apoio e relacionamentos, moradia e ambiente.

Acrescente-se que esse amplo espectro de perguntas requereu um tempo relativamente longo do entrevistado, muitas vezes em meio à rotina da família, cuidados com o beneficiário, os irmãos, a casa, entre outros.

Não mensurável apenas por números de questões preenchidas, o êxito desse trabalho deveu-se, seguramente, ao entendimento das equipes de que o questionário era um instrumento que possibilitaria garantir o acesso e a permanência de crianças com deficiência e em situação de vulnerabilidade social na escola regular. Tratava-se, em suma, de uma tarefa para eliminar obstáculos que impedem o acesso a direitos de todo cidadão.

### **Acompanhamento e encaminhamento: um relato de caso**

São muitos os casos de acompanhamentos e encaminhamentos realizados a partir da visita para a aplicação do questionário do BPC na Escola. Alguns serão relatados no capítulo que trata do esforço intersecretarial para a realização do Programa. Abaixo, porém, relata-se um caso elucidativo sobre a insistência para encontrar um beneficiário, e os encaminhamentos para que a família superasse uma situação difícil.

Um beneficiário de 15 anos recebe o BPC em decorrência de doença crônico-degenerativa, fazendo parte de uma família composta pela mãe e uma irmã.

No questionário, constava o endereço do beneficiário como localizado no território do CRAS Mooca. Ao realizar a visita domiciliar, o técnico obteve a informação de que o beneficiário encontrava-se internado, acompanhado pela mãe, no Grupo de Apoio à Criança com Câncer (GRAAC), localizado no território de abrangência do CRAS Vila Mariana.

O instrumental com esta informação foi enviado para o CRAS Mooca que, na sequência, realizou visita ao GRAAC, recebendo dessa instituição, além da informação de que o beneficiário já recebera alta hospitalar, dados do novo endereço e telefone, agora em território de abrangência do CRAS Sé.



A região desse CRAS, localizado na região central da cidade de São Paulo, é caracterizada por grande número de cortiços, quartos de aluguel e outras moradias precárias, para onde as famílias vão sendo “empurradas” pela alta do aluguel, ou situações de despejo. Foi o que aconteceu com a família do beneficiário. O técnico do serviço SASF, referenciado no CRAS Sé, ao realizar a visita no novo endereço, obteve nova informação, desta vez dos vizinhos, de que a família do beneficiário fora despejada da pensão onde vivia.

Com estas informações, e avaliando como caso prioritário para ação da Assistência Social, a equipe de Proteção Social Básica da SMADS entrou em contato telefônico com a mãe do beneficiário, que já não estava mais na região informada, e voltara a residir no território pertinente ao CRAS Mooca.

A mãe do beneficiário respondeu ao chamado, informando que o filho recebia o BPC em decorrência de uma doença crônico-degenerativa, e realizava tratamento no GRAAC, mas vinha reagindo mal ao tratamento. Ela relatou a situação familiar, formada por ela e dois filhos. Forneceu o novo endereço: um quarto na região da Mooca, mas avisou que estava novamente em condição de despejo.

A fim de garantir a necessária proteção a essa família, a equipe de Proteção Social Básica da SMADS enviou o questionário para o CRAS Mooca, que constatou a necessidade de agilizar os devidos encaminhamentos de apoio, agravadas pelo estado de saúde do adolescente.

Para atender as exigências do tratamento do filho, a mãe do beneficiário, por não conseguir trabalho remunerado, contava com o BPC como o único recurso financeiro da família. Essa constatação levou o CRAS a cadastrá-la no programa social Renda Cidadã, concedeu-lhe auxílio-alimentação, inseriu sua filha em Serviço Socioassistencial de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, e indicou a inclusão da família em Programa habitacional, que prioriza o atendimento de pessoa com deficiência.

Provisoriamente, então, a família voltou a residir na região da Sé graças ao Aluguel Social, Programa da Secretaria Municipal de Habitação (SEHAB).

No final de julho de 2015, infelizmente, o adolescente faleceu em decorrência de sua doença, mas a família permanece em acompanhamento pelo CRAS Sé até sua reorganização.

Esse caso ilustra a importância da localização e acompanhamento do beneficiário e sua família, para que a Política de Assistência Social assegure o acesso aos direitos sociais e de proteção social a pessoas em situação de desvantagem pela deficiência.

## Orientações para um técnico localizar um beneficiário do BPC na Escola

Antes de sair do CRAS, verificar se o beneficiário:



Já é atendido no CRAS.  
Se sim, levantar seu prontuário

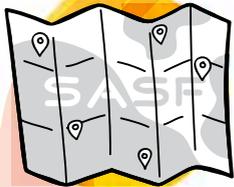


Consta na listagem das  
escolas enviada pela SME



Está cadastrado  
no Cadastro Único

Caso o beneficiário  
não seja encontrado:



Verificar se está na  
listagem do Serviço e realizar  
a visita domiciliar

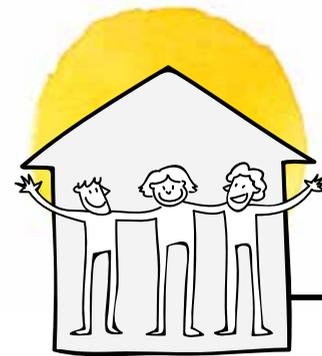


Verificar se o beneficiário  
consta na listagem  
das escolas da região



Fazer contato direto com  
escolas e UBS da região

Beneficiário(a)  
localizado(a)!



## ATUAÇÃO DA EQUIPE DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO MONITORAMENTO DA APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS

A partir da elaboração do Plano de Trabalho, com o objetivo de facilitar o trabalho dos CRAS e SASF, a equipe de Proteção Social Básica se responsabilizou pelas seguintes ações no processo de aplicação do questionário:

- Retirar do Sistema BPC na Escola as folhas 1 e 2 do questionário, nas quais constam questões personalizadas de identificação dos respondentes;
- Capacitar os técnicos para a aplicação do questionário;
- Providenciar a impressão das demais questões junto à Coordenadoria de Gestão Administrativa (CGA);
- Separar os questionários por CRAS e SASF;
- Enviar os questionários às Supervisões de Assistência Social, com as respectivas listagens nominais dos beneficiários aos CRAS e SASF;
- Receber os questionários preenchidos e verificar a consistência das informações;
- Reconduzir os questionários às SAS, apontando as inconsistências;
- Capacitar os cadastradores da Coordenadoria de Gestão de Benefícios (CGB) para inserção dos dados do questionário no Sistema BPC na Escola;
- Articular ações com o Grupo Gestor Intersecretarial, visando ao enfrentamento de dificuldades e a necessidade de intervenção técnica na resolução de casos considerados urgentes;
- Elaborar, em conjunto com as demais secretarias integrantes do Grupo Gestor Intersecretarial, ações de acompanhamento intersecretarial, e sua inclusão no Sistema BPC na Escola;
- Monitorar os casos indicados para acompanhamento dos CRAS e SASF no Sistema BPC na Escola.

Entre essas atividades, mereceu especial atenção da equipe o expressivo número de beneficiários não localizados, que demandou esforço concentrado, desde o gabinete da SMADS até os profissionais que aplicaram diretamente os questionários, visando a redução do número de incidência apontados na questão 119.

Evolução do índice de beneficiários não encontrados

2009-2010: 45%

2014: 34%

2015: 29%

Uma das grandes dificuldades para encontrar os beneficiários deve-se à precariedade de moradia das famílias em favelas, quartos de pensão, ou moradias coletivas. Acrescente-se o alto custo dos aluguéis que obriga o deslocamento para bairros mais periféricos, ou para ocupações de prédios no centro da cidade, costumeiramente, alvos de desocupação. Esses fatores justificam os casos de não atualização de endereços, numa época em que o Cadastro Único ainda não era obrigatório para o BPC.

A equipe de Proteção Social Básica da SMADS realizou um trabalho de monitoramento para localizar os beneficiários assinalados na questão 119. Na experiência anterior da aplicação, nos anos de 2009/2010, quando foram visitados 13.908 domicílios, o índice de beneficiários não encontrados foi de 45%.

A persistência dessa incidência levou a mesma equipe a estabelecer outras estratégias de trabalho no território. Contando com a participação de técnicos dos CRAS, soluções que vinham sendo aplicadas localmente puderam ser compartilhadas, e a padronização dos procedimentos básicos foi recomendada.



Assim, em 2014, de um total de 8.572 beneficiários do Programa BPC na Escola, foram visitados 7.521, reduzindo o percentual de não localizados para 34%.

Em 2015, um novo processo de visitas domiciliares foi realizado para aplicação do questionário, rebaixando para 29% o índice de beneficiários não localizados.

Desse período até março de 2016 foram inseridos no Sistema BPC na Escola os dados de 2.077 questionários, com georreferenciamento realizado pela Coordenadoria do Observatório de Políticas Sociais da SMADS, responsável pela vigilância social. Desse total foram efetivadas 1.465 entrevistas e apenas 612 delas assinaladas com a questão 119.

**Tabela: Questão 119 – Quadro comparativo 2014/2015**

Questão 119 – Qual a justificativa do não preenchimento do questionário (multivalorada)	Quantidade no ano de 2014	Quantidade no ano de 2015
Beneficiário (a) ou representante legal não quis responder o questionário	148	28
Beneficiário (a) não encontrado (a) no endereço (após 3 visitas)	491	110
Endereço não encontrado	324	80
Beneficiário (a) mudou-se para outra localidade no mesmo município (sem informar o novo endereço)	548	98
Beneficiário (a) mudou-se para outro município (sem informar o novo endereço)	342	86
Beneficiário (a) mudou-se para outra unidade da federação (sem informar o novo endereço)	263	74
Falecimento do (a) beneficiário (a)	106	58
Outros	343	78
<b>Total</b>	<b>2565</b>	<b>612</b>

**Do início do Programa BPC na Escola até hoje, o que mudou com relação à dificuldade de encontrar os beneficiários para aplicar os questionários?**



Em 2009/2010 não tínhamos as ferramentas de sistema que nós temos hoje. Eu participei da primeira aplicação do questionário do BPC na Escola... Eu trabalhava em um CRAS, minha região era da Casa Verde e Cachoeirinha. Foi uma coisa de luta mesmo, de não achar possível não encontrar [o beneficiário]. Encontrei muito beneficiário perguntando para a vizinhança. O Atende (Transporte Especial para Pessoa com Deficiência) me ajudou algumas vezes. Mas não tinha nada sistematizado.

Mesmo hoje, o trabalho às vezes é quase de detetive. Houve um caso em que o questionário foi encaminhado para o serviço da região do Jaçanã. O aplicador pesquisou o endereço no CadÚnico, viu que aquela família tinha Bolsa Família, mas tinha mudado o endereço. Mandou o questionário para a região da Sé. A família morava em um prédio que sofreu reintegração de posse. Mudaram novamente para o Tremembé, na região do Jaçanã, mas em outro endereço. O caso voltou para nós, no Gabinete. Descobrimos que a criança beneficiária não estava na escola, mas localizamos a escola da irmã. Através do CadÚnico atualizado entramos em contato com a escola, e a direção colocou um bilhete na mochila. A partir daí, a criança foi localizada.

*Izilda Aparecida Loseviciene*  
*Psicóloga, Equipe da Proteção Social Básica da SMADS*



## O PROCESSO DE APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO

Em 2014, havia 8.572 beneficiários a serem visitados para a aplicação do questionário BPC na Escola. Esse número, fornecido pelo Sistema BPC na Escola, referia-se tanto aos inseridos no Programa, em 2013, quanto aos beneficiários antigos com questionários não concluídos. O Observatório de Políticas Sociais da SMADS conseguiu georreferenciar 7.521 beneficiários daquele total.

No início do processo de aplicação dos questionários, em 2014, a cidade de São Paulo contava com 50 unidades CRAS e 63 Serviços de Assistência Social e Proteção Básica no Domicílio (SASF).

O SASF, conveniado com organizações sociais, tem como objetivo também fortalecer a função protetiva da família, prevenir agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais, desenvolvendo ações junto a idosos e pessoas com deficiência, por meio da proteção social no domicílio. Estão instalados em territórios de alta vulnerabilidade que apresentam concentração de beneficiários de programas de transferência de renda e do BPC. Assim, por tratar-se de público já atendido pelo SASF, o serviço foi envolvido na localização, aplicação do questionário e acompanhamento das famílias.

A Secretaria Municipal de Educação apontou, na listagem dos beneficiários, o nome das escolas nas quais estavam matriculados. Esta ação facilitou a localização das famílias, e nos casos em que a criança ou o adolescente havia mudado de escola, foi possível checar para qual escola tinham sido transferidos, e, então, ter acesso ao novo endereço.

Além disso, as equipes dos CRAS entraram em contato com as escolas de suas regiões para solicitar que fossem colocadas cartas nas mochilas dos alunos, com esclarecimentos sobre a aplicação do questionário e a importância de participação na pesquisa.



Todo o processo foi estabelecido no Plano de Trabalho elaborado em conjunto com o Grupo Gestor Intersecretarial, e realizado a partir dos CRAS e dos SASF, com monitoramento do processo sob responsabilidade dos técnicos da equipe de Proteção Social Básica.

Em 2015, a nova listagem do Sistema BPC na Escola contava com 2077 beneficiários. O processo da aplicação do questionário seguiu os mesmos passos.

Nesse biênio, além dos CRAS e SASF, outros setores da SMADS também foram envolvidos, tais como as Coordenadorias que integram a Secretaria, as Supervisões de Assistência Social e os representantes dos Grupos Gestores (Intersecretarial e Regional).

Para que o processo ocorresse de forma integrada, foram realizadas capacitações para 255 pessoas, no Espaço Público do Aprender Social (ESPASO), unidade da SMADS responsável pela formação dos trabalhadores sociais das redes direta pública estatal e sob convênio do serviço SASF.

## Partes do questionário

O questionário do Programa BPC na Escola é composto por blocos de questões:

- Documentação e endereço;
- Tipo de deficiência;
- Acesso à escola;
- Trabalho;
- Produtos e tecnologia assistiva;
- Apoio e relacionamentos;
- Acesso a políticas públicas;
- Moradia e ambiente

A última questão, de número 119, refere-se à justificativa do não preenchimento do questionário.

### *O que foi tratado na capacitação das equipes que aplicaram os questionários?*

O quadro técnico nosso, dos CRAS e dos SASF, é composto por pedagogos, psicólogos e assistentes sociais, que têm formação acadêmica para este tipo de pesquisa. Então, nas capacitações, envolvemos as Secretarias de Saúde, Educação, Direitos Humanos, da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, para falar um pouco mais da questão da deficiência, sobre quais serviços as Secretarias oferecem às pessoas com deficiência, e tudo que é possível ser articulado para atender essa pessoa. E depois, quando fomos percebendo algumas dificuldades, tratamos em novo encontro diretamente destes pontos, como a questão do tipo de deficiência, quando a deficiência é múltipla mas o aplicador muitas vezes não aponta quais são...

*Fátima de Jesus Teixeira*

*Assistente Social, Coordenadora Técnica do Programa BPC na Escola na SMADS*

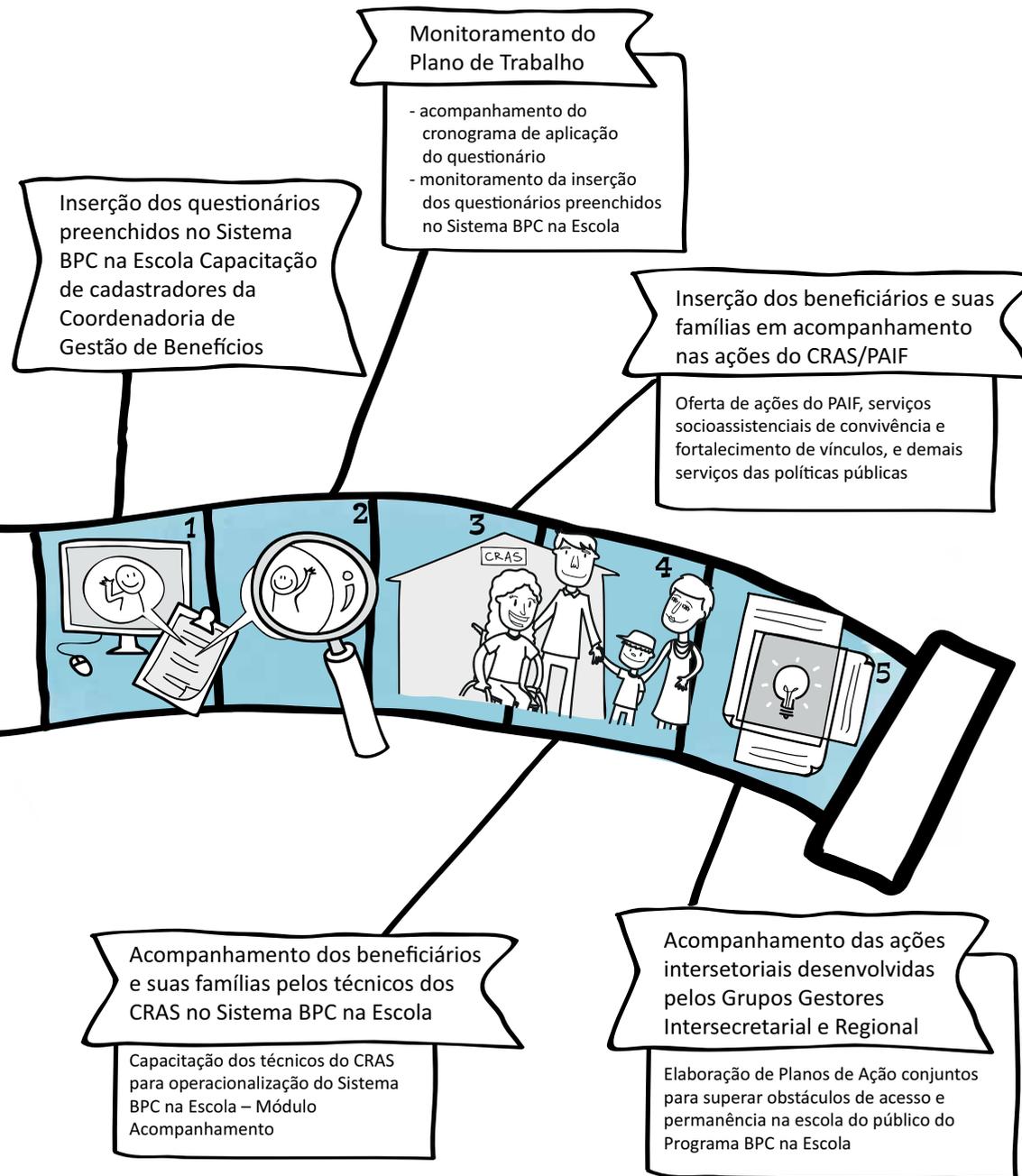


## Plano de Ação para execução do Programa BPC na Escola aplicação do questionário



- Estruturação do trabalho de campo para aplicação do questionário com os coordenadores dos CRAS
- sensibilização dos técnicos dos serviços SASF para aplicação do questionário
  - encaminhamento de carta de esclarecimento aos beneficiários a serem visitados
  - capacitação dos técnicos do SASF para aplicação do questionário
  - elaboração de cronograma para aplicação do questionário
  - verificação de consistência das informações do questionário
  - realização de reuniões sistemáticas com os Grupos Gestores (Intersecretarial e Regional) para encaminhamentos das necessidades das famílias visitadas

## Operacionalização do Sistema BPC na Escola



### Monitoramento do Plano de Trabalho

- acompanhamento do cronograma de aplicação do questionário
- monitoramento da inserção dos questionários preenchidos no Sistema BPC na Escola

### Inserção dos beneficiários e suas famílias em acompanhamento nas ações do CRAS/PAIF

- Oferta de ações do PAIF, serviços socioassistenciais de convivência e fortalecimento de vínculos, e demais serviços das políticas públicas

### Acompanhamento dos beneficiários e suas famílias pelos técnicos dos CRAS no Sistema BPC na Escola

- Capacitação dos técnicos do CRAS para operacionalização do Sistema BPC na Escola – Módulo Acompanhamento

### Acompanhamento das ações intersetoriais desenvolvidas pelos Grupos Gestores Intersecretarial e Regional

- Elaboração de Planos de Ação conjuntos para superar obstáculos de acesso e permanência na escola do público do Programa BPC na Escola



## DESAFIOS DA INSERÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA

---

São diversos os obstáculos para que a criança e adolescente com deficiência, principalmente as de famílias com baixa renda, tenham acesso à escola, e nela permaneçam. É essencial o reconhecimento destas barreiras socialmente construídas que impedem o acesso universal a serviços públicos básicos como saúde, educação, esporte, cultura, habitação acessível, entre outros.

Muitas vezes a dificuldade começa na própria família, até pela falta de informações sobre os serviços oferecidos na rede pública, por exemplo, somada ao descrédito no potencial de uma pessoa com deficiência, além do desconhecimento do direito que ela possui de frequentar escola regular.

Sheila Monjardim, coordenadora do CRAS Mooca, ressalta a dificuldade que muitas famílias têm de ir aos equipamentos da prefeitura: *“A gente vê muita dificuldade de um montante grande do BPC na Escola no sentido de comparecer às reuniões socioeducativas, por exemplo”*.

É compreensível, pois, que no começo de uma nova proposta de vida, seja necessário um tempo para ressignificar o conceito de deficiência, momento no qual as orientações da Assistência Social podem ser de suma importância. O atual enfoque da questão, que deixou para trás o isolacionismo da pessoa com deficiência para agora colocar a ênfase na sua integração no conjunto da sociedade, deve ser abordado sempre, pois essa esclarecimento não chegou a todos os cidadãos.

Mesmo que tenha caído muito o percentual de beneficiários fora da escola, nota-se que na faixa etária de até 3 anos de idade, as famílias têm mais receio de expor o filho com deficiência. Ainda que existam profissionais habilitados a fazer o acompanhamento em creches e berçários, e que as crianças com deficiência tenham prioridade de vaga, há uma resistência de muitas famílias, que precisa ser encarada com sensibilidade e respeito.

Para que qualquer criança se desenvolva, é necessário ter contato com sua comunidade, ter acesso a praças e parques. Por outro lado, a escola não é apenas o lugar de aprender, mas de estar junto, desenvolvendo a sociabilidade. O desafio do Programa BPC na Escola é identificar as barreiras não apenas na unidade educacional, mas no conjunto da vida do beneficiário com até 18 anos. Esta missão faz parte do contexto da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que prevê que *“os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada”*, em seu artigo 24º.

Muitas vezes, é a interação entre várias ações que possibilita a permanência de uma criança com deficiência na escola, como aponta a mãe de um beneficiário: *“Depois do BPC, meu filho entrou numa atividade no contraturno, e também se empolgou mais em ir para a escola. Antes, ele ia pouco à escola, dizia que não gostava de acordar cedo, ficar dentro da sala de aula muito tempo. Agora ele interage mais do que quando era menor”*, conta. Também as outras crianças precisaram da convivência para saber como interagir, segundo a mãe: *“Quando ele chegava na escola, os meninos vinham para carregá-lo, mas a professora dizia que ele conseguia sozinho. Ele logo perdia a paciência. Aí, ligavam da escola para eu ir buscar. Hoje, ele fica bravo quando eu chego mais cedo para buscá-lo.”*



As questões de uma criança beneficiária do programa podem envolver a moradia, as condições sociais e psicológicas da família, a saúde, o transporte. Por isso, a natureza do BPC na Escola é integrativa e intersecretarial. A Assistência Social deve proporcionar condições de acesso ao que o poder público tem por dever oferecer.

Toda criança e adolescente tem o direito de ocupar todos os espaços da sociedade. O desafio, portanto, não é moldá-los para a vida na cidade, mas, antes mudar a cidade, para que todos possam dela desfrutar.

### Convenção da ONU

---

Em 2006, mais de 160 países assinaram a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. No Brasil, um dos signatários do documento, o texto ganhou status de emenda constitucional, em 2008.

A Convenção é uma espécie de reafirmação da Declaração dos Direitos Humanos, mas agora com foco na pessoa com deficiência, marcando a passagem do parecer exclusivamente médico da questão, para um tratamento social mais abrangente. Neste sentido, por exemplo, é que se trata como obstáculo para a inclusão não a própria deficiência, mas as barreiras socialmente construídas que impedem a todos de viver em igualdade:

*“Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”* (Trecho do artigo 1º da Convenção).

Um dos aspectos mais importantes dessa Convenção é que os Estados se comprometem a trazer a inclusividade e acessibilidade ao centro de suas ações. De certo modo, isso é o reconhecimento oficial de que os direitos universais ainda não estavam contemplando a pessoa com deficiência. No Brasil, a Convenção precedeu e embasou muitas das políticas para o setor, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência - Lei Brasileira de Inclusão (confira o infográfico neste capítulo).

### Quais foram as ações da SMPED no período 2014-2015?

É missão dessa Secretaria articular as políticas municipais para a pessoa com deficiência e mobilidade reduzida, pensando principalmente nos territórios, em como as políticas acontecem lá onde as pessoas vivem, como os serviços estão sendo oferecidos. Verificamos se os casos apontados de pessoas com deficiência que não têm seus direitos garantidos estão sendo acompanhados. No nosso plano de ação, cada secretaria municipal foi pensando metas que abarcariam o atendimento a pessoas com deficiência. Esse plano de ação articulada se chama São Paulo Mais Inclusiva, com mais de vinte secretarias envolvidas.



*Silvana Drago*

*Pedagoga, representante do Grupo Gestor Intersecretarial do BPC e Coordenadora de Projetos de Inclusão da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida na SMPED*





## INTERSETORIALIDADE E O BPC NA ESCOLA

Além de ser um dos pressupostos básicos da Política de Assistência Social, a intersectorialidade é um dos pilares do Programa BPC na Escola. Sua formulação considera a necessidade de articulação entre programas, projetos e serviços de Educação, Assistência Social e Saúde, por intermédio de ações conjuntas.

Partindo desse enfoque e da experiência de 2009/2010, buscou-se avançar no processo de consolidação do Programa BPC na Escola na cidade de São Paulo, e, a partir de 2013, a ação da SMADS foi direcionada para garantir aos beneficiários do BPC o acesso às diversas políticas públicas, via articulação sistemática entre secretarias municipais.

Em 2013, devido à mudança de gestão político-administrativa da cidade, a SMADS passou por uma reorganização de sua estrutura, o que exigiu a reformulação e alteração do Grupo Gestor Intersecretarial (GGI), e o Grupo Gestor Regional (GGR), por meio da publicação da Portaria Intersecretarial 003/2013.

Esta portaria institui o GGI, composto por dois representantes técnicos, titular e suplente, das Secretarias Municipais de Assistência e Desenvolvimento Social (a quem compete a coordenação geral), de Educação, de Saúde, de Direitos Humanos e Cidadania, da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida, e do Desenvolvimento, Trabalho e Empreendedorismo.

Estabelece também o GGR, no âmbito de cada Supervisão de Assistência Social – SAS, instalado nas 32 Subprefeituras da cidade, com a participação de representantes locais das secretarias municipais de Educação, Saúde e Assistência Social, com o objetivo de desenvolver ações intersectoriais regionalizadas relativas ao Benefício de Prestação Continuada – BPC, dos Programas BPC na Escola e BPC Trabalho, e demais programas que venham a ser implementados.

Durante o ano de 2013, foram realizadas várias reuniões com o Grupo Gestor Intersecretarial (GGI), com a finalidade de garantir o entendimento da importância do Programa BPC na Escola como integrante do Plano Brasil Sem Miséria e do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem limites.

Com a nova composição do GGI, discutiu-se também de que forma as secretarias envolvidas desenvolveriam suas ações para promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, tornando residual o percentual dos que vivem abaixo da linha da pobreza, como é o caso dos beneficiários do BPC.

Para aprimorar a ação intersecretarial e regional, foi elaborado um plano de trabalho conjunto, no qual foram definidas as competências e compromissos de cada pasta, preliminarmente à retomada do processo do Programa BPC na Escola.

O Grupo Gestor Intersecretarial tem acesso ao Sistema BPC na Escola, ferramenta de gestão e execução do Programa criado pelo MDS em 2011, que permite visualizar o diagnóstico da situação intersectorial de cada política e registrar o Plano de Ação Intersecretarial. Neste, as secretarias se comprometem a realizar ações, dentro de suas competências, para superar as barreiras identificadas na aplicação do questionário.

No GGI, foram repensadas algumas ações setoriais no sentido de integrar as políticas para atender mais rapidamente as demandas. Assim, quando determinado beneficiário não estava indo à escola por conta da não-acessibilidade da sua moradia, por exemplo, era acionada a Secretaria de Habitação que, em reuniões no território, definiam o aluguel social como meio de assegurar à criança sua ida à escola.

Para que essas articulações sejam possíveis, o trabalho intersectorial precisa unir esforços dos gabinetes das diferentes secretarias e o trabalho nos territórios. Por um lado, a portaria intersecretarial sobre o BPC na Escola exigiu fazer parte da agenda municipal dos secretários, evidenciando o compromisso das respectivas secretarias de realizar o programa conjunto. Por outro, requereu a atuação de profissionais das diferentes secretarias nos territórios, tais como representantes das escolas, das UBS, dos CRAS, entre outras instâncias, para identificar e superar as dificuldades encontradas pelas famílias para a permanência da criança e adolescentes com deficiência, beneficiária do BPC na Escola. Esse fluxo entre o menor território e a Secretaria, passando pela Supervisão de Assistência Social, ou seja, movimentos do macro para o micro e do micro para o macro, definem



a marca desse Programa da Assistência, para proporcionar à criança e ao adolescente o convívio com outras crianças e adolescentes da comunidade.

Ilustra esse compromisso a criação um grupo intersecretarial no aplicativo Whatsapp, para acompanhar um beneficiário do CRAS Lapa, relatado no caso 2 deste capítulo. Como conta Monica Burzaca, da SAS Lapa: “o beneficiário criou um grupo de WhatsApp do qual todos nós participamos. Ele é o administrador do grupo. Todo dia a gente se fala. Neste grupo estão pessoas da Saúde que o acolheram e trabalham com ele até hoje, o pessoal da Assistência Social, a professora que dá aula para ele dentro do hospital onde ele está hoje, o pessoal do SAICA (Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes em Situação de Vulnerabilidade e Risco Social), os nossos motoristas”.

Os bons resultados alcançados pelos beneficiários do BPC na Escola, no tocante à aprendizagem, desenvolvimento e interação social, mostraram às Secretarias que a criança e o adolescente precisam muito mais que matrícula. Eles precisam de transporte, alimentação, terapia, e de atendimento de muitas outras necessidades.

Decorre dessa constatação o esforço intersectorial no Programa BPC na Escola de continuar construindo caminhos para superar a fragmentação na prática cotidiana das políticas sociais.

### **Como se dá o trabalho intersectorial do BPC na Escola no seu território?**

Primeiro, tem que ter uma vontade profissional, e conversar com as outras pastas para pensar em estratégias para que as secretarias conversem na região. Então a gente começou, ao longo dos anos, a fazer reuniões, chamar UBS, o supervisor de Saúde, com a supervisora de Assistência, e criar fóruns com os servidores e os convênios. Discutir estratégias de trabalho sabendo o que o outro faz, e o que nos cabe. É uma vontade política local. Porque é fundamental o trabalho em rede. Sem isso, não é eficiente. E assim, também, quanto mais a gente entende o trabalho do outro, mais também compreende as fragilidades do outro.

*Leila Nordi Murat*

*Pedagoga, Integrante da equipe do CRAS Lapa*



Seguem dois relatos de casos em que a ação intersecretarial foi bem-sucedida em relação a beneficiários integrantes do Programa BPC na Escola

### **Caso 1**

**Beneficiário do sexo masculino, 17 anos, recebe o BPC em decorrência de deficiência múltipla (mental/intelectual e física), com família composta pela mãe e dois filhos.**

O questionário do beneficiário apontava como local de residência um endereço pertencente à região do CRAS Butantã. Ali, porém, não foi encontrado. Em consulta ao Cadastro Único, a equipe da SMADS teve acesso ao novo endereço e telefone da família, encaminhando as informações e o questionário para o CRAS de referência.

Com estes dados, a Assistente Social do CRAS Artur Alvim, na zona leste da cidade, realizou visita domiciliar para aplicação do questionário, durante a qual a mãe trouxe uma questão muito complexa, em relação à escola estadual na qual o filho estava matriculado. Ela relatou que seu filho foi reprovado no segundo ano do Ensino Médio, e que nunca tinha tido problemas na outra escola em que estudava, mas que nesta encontrara dificuldades de diálogo para tratar do ensino do filho.

Conforme relato da mãe, por ter sofrido um acidente, o jovem precisou passar por cirurgia, e, em função disso, perdeu as provas de fim de ano. Mesmo diante da proposta de fazer trabalhos e leituras e propor nova data para as provas, a escola considerou o aluno reprovado.

Este resultado, de acordo com a mãe, desestimulou o adolescente que, inconformado, recusou-se a voltar às aulas, provavelmente por se sentir humilhado por sua condição de “aluno de inclusão”, com necessidade de atendimento diferenciado.

A mãe do adolescente, pessoa participativa, membro do Conselho de Escola e da Associação de Pais e Mestres, afastou-se dessas atividades e levou o caso ao Ministério Público.

Dada a complexidade da situação relatada, a SMADS acionou o Grupo Gestor Intersecretarial Estadual do BPC. Em resposta, a unidade escolar afirmou que, devido ao acidente sofrido, o adolescente ficou afastado, sem, contudo,

qualquer prejuízo. Ele apresentou atestados médicos, mas não retomou às aulas no término do período de recuperação cirúrgica. Acrescentou que foram solicitados trabalhos para serem apresentados em cada disciplina, por considerá-lo “aluno de inclusão”, merecedor de “tratamento diferenciado”. No entanto, o aluno não realizou as atividades propostas pelos professores e, por esse motivo, foi retido no segundo ano do Ensino Médio.

O caso foi finalizado em março de 2015, com o cumprimento de dispositivo da Lei de Diretrizes e Bases (art. 23º, parágrafo 1), que dispõe sobre a aplicação de “prova de reclassificação”, medida que permitiu a promoção do beneficiário para o terceiro ano do Ensino Médio.

A situação descrita pode ter resultado de dificuldades de comunicação, posto que as famílias das pessoas com deficiência acumulam experiências carregadas de “nãos”, sempre precisando de muito esforço para garantir o direito à inclusão social de seus membros.

Esse caso aponta que, se família e escola tivessem contado com uma mediação, talvez não fosse necessário o envolvimento do Ministério Público, já que aos dois lados queriam a garantia de direitos do adolescente.

## Caso 2

**Beneficiário do sexo masculino recebe o BPC, em decorrência de deficiência física, sendo abrigado, desde julho de 2014, no Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA), conveniado com a SMADS.**

O adolescente residia com a mãe adotiva na comunidade “Casinha de Bonecas”, no território de abrangência do CRAS Lapa, em barraco de dois cômodos pequenos, sem janelas e ventilação, à margem da Avenida das Nações Unidas.

A deficiência física (paraplegia) foi consequência de um atropelamento sofrido aos oito anos de idade. Desde então, o beneficiário deixou de frequentar a escola e não manteve quaisquer outras atividades, pois o local de moradia, de difícil acesso, dificultava sua locomoção. Desta forma, permanecia deitado em sua cama, assistindo a televisão, em tempo integral. Seu único entretenimento cessou quando sua mãe vendeu o aparelho.

O Serviço de Assistência Especializado de Abordagem às Crianças e Adolescentes em Situação de Rua (SEAS), conveniado com a SMADS, ao realizar seu trabalho na região, conheceu a situação do adolescente, e passou a articular com o Serviço de Saúde de Referência sobre o seu estado clínico.

Durante as visitas realizadas pela equipe, o adolescente permanecia cabisbaixo, só falava quando era feita alguma pergunta, e não mantinha contato visual. A equipe observou que o adolescente sempre estava deitado na cama com alguns brinquedos e rodeado de fraldas. Desta forma, o adolescente desenvolveu diversas escaras profundas, expondo nervos e músculos pelo corpo, e a falência de um dos seus rins, apesar da mãe adotiva afirmar fazer os curativos com regularidade, e sempre que necessário levá-lo até a Unidade Básica de Saúde (UBS) do Parque da Lapa.

Tal situação mobilizou a equipe a traçar estratégias para que o adolescente passasse o menor tempo possível em sua residência. Foi sugerida a possibilidade de inscrevê-lo em um Centro Integrado de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA), no bairro do Butantã.

Outra ação foi a determinação da Vara da Infância e Juventude para o acolhimento imediato no Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes (SAICA), com a anuência do adolescente e ciência de sua responsável legal. Esse encaminhamento obedeceu a ordem do Juiz da Vara da Infância e Adolescência, por julgar que o adolescente passava por situação de negligência e maus tratos dentro do ambiente familiar.

É importante ressaltar que a falta de cuidado com o adolescente mais parece estar associado à pouca informação e falta de recursos financeiros, do que a violência e negligência de sua mãe.

Devido à piora significativa do estado clínico, o adolescente foi hospitalizado, mas a partir daí sua saúde seguiu cada vez melhor. O SAICA, responsável pelo adolescente, designou uma educadora para acompanhá-lo em tempo integral no hospital, até sua alta. Por sua vez, os técnicos da Supervisão da Assistência Social da Lapa também realizam visitas sistemáticas para acompanhamento do caso.

Mesmo no hospital, o adolescente passou a ser incluído no Sistema de atendimento Educacional em Ambientes Hospitalares, e vem desenvolvendo atividades pedagógicas para aprimorar seus conhecimentos, bem como garantir a manutenção de vínculos com a escola por meio de currículo flexibilizado, o que facilitará seu retorno ao grupo escolar correspondente, como parte do direito de atenção integral.

Nos casos como esse, de acolhimento institucional, o recurso do BPC passa a ser de responsabilidade da Justiça, que o deposita em conta-poupança e condiciona os gastos.

Recentemente, através de uma carta de próprio punho, encaminhada pela SAS ao Ministério Público ao Juiz, o adolescente em questão solicitou uso de parte da verba em materiais de seu interesse.

Este caso demonstra, mais uma vez, a importância da sensibilidade, da responsabilidade e da visão mais abrangente dos profissionais no cumprimento de seus papéis de agentes públicos na ação do trabalho social. Do mesmo modo, esse relato evidencia o êxito de articulações intersetoriais de Políticas Públicas da Assistência Social, da Saúde e da Educação.

Se a equipe do SEAS não tivesse uma visão mais ampliada da questão social, provavelmente o caso deste garoto teria passado despercebido, na medida em não se caracterizava propriamente “situação de rua”.

Ressalte-se, igualmente, a dedicação da equipe de abordagem, bem como da equipe técnica da Proteção Especial e da Supervisora do SAS/ Lapa, ao articular o atendimento com a UBS da região, e compartilhar os encaminhamentos seguintes. Por meio da SAS Lapa, a Assistência Social desempenhou um papel importante ao incluir o adolescente no SAICA, no acompanhamento junto à Vara da Infância e Juventude, e visitas sistemáticas no hospital.

O mesmo reconhecimento deve-se à Educação que, neste caso, também exerceu importante ação no aspecto pedagógico e da sociabilidade, garantindo ao beneficiário o direito de atenção integral, através do atendimento escolar hospitalar.



## Intersectorialidade e o BPC na Escola Função das Secretarias no Grupo Gestor Regional





## IMPACTOS DO BPC NA ESCOLA NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A Assistência Social, gestora e coordenadora das ações do Programa BPC na Escola na cidade de São Paulo, é responsável pela aplicação do questionário para identificação das barreiras para acesso e permanência de pessoas com deficiência na escola.

A sua aplicação tem se constituído em estratégia importante para o conhecimento dos territórios e de quem nele vive. Tem se mostrado relevante, principalmente para os assistentes sociais recém ingressados no serviço público para compor os quadros de servidores dos CRAS.

Os dados obtidos por tais questionários, uma vez inseridos no Sistema BPC na Escola, vêm possibilitando a formulação de diagnósticos e relatórios sobre necessidades e obstáculos das mais diversas ordens que dificultam ou impedem o direito de crianças e adolescentes à educação escolar.

Por ser possível o acesso à informações, tornam-se possíveis a criação e a implementação de Políticas de Educação e Saúde, através de ações e programas de inclusão social das pessoas com deficiência, a exemplo dos Cursos de Especialização em Educação Especial para os professores das Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (SAAI) promovidos pela Secretaria Municipal de Educação, cuja matrícula tomou como base a igualdade de oportunidades a todos os interessados.

Encaminhamento de beneficiários em situação de vulnerabilidade por estarem fora da escola, em situação de isolamento, ou sujeitos a negligência e violências, apontadas no questionário para inclusão nos serviços de convivência, e o acompanhamento das famílias pelos CRAS, por meio do PAIF, também evidenciam efeitos do Programa sobre as políticas da Rede Socioassistencial da SMADS.

Uma ação de grande impacto decorrente do Programa BPC na Escola foi estabelecer que a pessoa com deficiência, beneficiária do BPC, constitui-se público prioritário para atendimento e inclusão na rede socioassistencial para ações que visem garantir não apenas o acesso, mas o convívio, o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e também a permanência na escola.

De igual relevância são as discussões e articulações diretas entre a Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida (SMPED) e os Grupos Gestores Intersecretarial e Regional para os quais são encaminhadas situações de vulnerabilidade, risco pessoal e social.

Vale dizer: a atuação do Grupo Gestor Intersecretarial, associada às demais iniciativas que fazem parte do Programa BPC na Escola, mostrou-se como instrumento capaz de assegurar ações mais eficazes para eliminar empecilhos contra a efetiva participação de crianças e jovens com deficiência em situação de vulnerabilidade social, na cidade de São Paulo.

### Programa BPC Trabalho

A aplicação do referido questionário identificou expressivo percentual de beneficiários, na faixa etária de 14 a 16 anos, com deficiência mental/intelectual que afirmou necessitar de qualificação profissional (53% em 2014 e 45% em 2015). Como resposta a esta expectativa, a SMADS aderiu ao Programa BPC Trabalho, criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

O Programa BPC Trabalho se destina à articulação de ações intersetoriais para promover a qualificação profissional e o acesso ao trabalho às pessoas com deficiência beneficiárias do BPC, envolvendo as políticas de Assistência Social, Trabalho e Emprego, Educação e Direitos Humanos.

O Programa visa atender beneficiários de 16 a 45 anos, devendo ser a eles assegurado o direito de escolha, considerando suas habilidades, competências, preferências e interesses, garantindo-lhes igualdade de oportunidades, independentemente de sua escolaridade.



Nesta direção, os CRAS são orientados a selecionar os beneficiários que manifestam o desejo de se inserir no mercado de trabalho e, a partir do acompanhamento familiar, mobilizá-los para ingressar em cursos de qualificação profissional ofertados na Rede Socioassistencial.

Objetivando ampliar o espaço de participação social das pessoas com deficiência intelectual, beneficiárias do BPC, a SMADS celebrou Acordo de Cooperação Técnica com a APAE (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de São Paulo para o desenvolvimento de ações voltadas à promoção de oportunidades de qualificação, acesso ao trabalho em condições justas e adequadas, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, na perspectiva do Emprego Apoiado.

O Emprego Apoiado parte do pressuposto que todas as pessoas podem trabalhar. Trata-se de método que se propõe a fazer a inclusão no mercado de trabalho das pessoas que poderiam ser consideradas “inaptas” ou “incapacitadas” para o trabalho por outras metodologias.

Aqui percebemos uma mudança na concepção do indivíduo como sujeito de direitos, detentor de potencialidades a serem desenvolvidas, contrapondo-se à sua adequação ao um “modelo desejável”. Nesta prática, o Emprego Apoiado inverte a lógica do “capacitar-incluir”, para “incluir-capacitar”.

O Acordo de Capacitação Técnica tem como meta atender 150 pessoas com deficiência intelectual ou múltipla por ano, desde que uma das deficiências seja intelectual, e que, prioritariamente, sejam beneficiárias do BPC.

Para tanto, a SMADS e a APAE de São Paulo mantém reuniões sistemáticas para monitoramento, avaliação do processo e ajustes, quando necessários.

Os beneficiários e suas famílias inseridas nesse Acordo são acompanhados pelos CRAS e pelos serviços da Rede Socioassistencial, em articulação com o Grupo Gestor Intersecretarial do BPC para garantir-lhes o acesso às políticas setoriais de que necessitam.



## AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

O acesso e a permanência na escola é um direito de toda criança e adolescente, constituindo-se num pressuposto de “inclusão social”. Neste sentido foram realizadas, no período de 2013 a 2016, ações específicas da Secretaria Municipal de Educação (SME) na cidade de São Paulo para o público da Educação Especial, envolvendo os Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI), Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (SAAI), Professores de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (PAAI), Escolas Municipais de Educação Bilíngue para Surdos (EMEBS) e Instituições Conveniadas.

A participação da SME no Grupo Gestor Intersecretarial (GGI) e no Grupo Gestor Regional (GGR) do Programa BPC na Escola ocorreu a partir da compreensão da importância da articulação entre as políticas públicas voltadas ao acesso e permanência na escola. Para tanto, a SME atuou:

- no auxílio ao georreferenciamento realizado pela SMADS e localização das famílias acompanhadas pelos técnicos da assistência social, através da disponibilização de dados com a identificação de matrícula dos beneficiários do BPC;
- no mapeamento desses beneficiários atendidos na Rede Municipal de Ensino;
- na participação dos representantes do GGI e GGR nas capacitações relativas ao Programa BPC na Escola;
- na eliminação das barreiras de acesso e permanência na escola;
- na organização de ações de formação, apoio e acompanhamento à inclusão, através da institucionalização do Atendimento Educacional Especializado (AEE) e do desenvolvimento de ações e atividades pactuadas no Plano de Acompanhamento Intersecretarial do Programa BPC na Escola.

A Rede Municipal de Ensino conta com 13 Centros de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI), um para cada Diretoria Regional de Educação (DRE).



O compromisso com a inclusão de alunos com deficiência norteou muitas ações da Secretaria Municipal de Educação no período de 2013 a 2016. Entre elas, destacam-se:

- Acesso e permanência na escola para bebês, crianças, adolescentes, jovens e adultos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na Rede Municipal de Ensino. A eles é assegurada a matrícula nas classes comuns e a oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE);
- Oferta de cursos na área de Educação Especial para os educadores da Rede Municipal de Ensino, sendo disponibilizadas 27.412 vagas em formações específicas no período;
- Ampliação da oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) através da criação de 170 novas Salas de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (SAAI). Em 2012, havia 382 SAAIs nas unidades escolares da rede municipal; em 2016, o número chegou a 552, significando um acréscimo de 44%;
- Ampliação do quadro de profissionais de cada Centro de Formação e Acompanhamento à Inclusão (CEFAI) de 4 para no mínimo 8 Professores de Apoio e Acompanhamento à Inclusão (PAAI). Em 2012, havia 52 PAAIs; em 2016, 118, um crescimento de 127%. Esta ação possibilita acompanhamento e atendimento educacional especializado mais próximo às unidades escolares e aos alunos;

Auxiliar de Vida Escolar (AVE) é o profissional que recebe treinamento especializado para acompanhar alunos com deficiências severas, necessitando de auxílio para se alimentar, fazer a própria higiene ou se locomover.

- Ampliação do quadro de recursos humanos que atuam nos Serviços de Apoio. Para a função de Auxiliar de Vida Escolar, o aumento foi de 713 para 944 no período, com uma ampliação de 32%. Já o número de estagiários do quadro Aprender Sem Limite foi aumentado em 89%: em 2012, havia 1.420, e em 2016, a quantidade chegou a 2470;
- Ampliação da quantidade de itinerâncias para acompanhamento pedagógico aos alunos com deficiência nas unidades educacionais, bem como a formação continuada, em serviço, dos educadores. No período, foram mais de 20 mil intervenções de acompanhamento;
- Aquisição de material didático, mobiliário adaptado e recursos de tecnologia assistiva;
- Acessibilidade arquitetônica, curricular e de comunicação ao público da educação especial;
- Produção de documento orientador da política de educação especial paulistana e revisão das normas e dispositivos legais;
- Fortalecimento da Rede de Proteção Social e da Articulação Intersectorial.

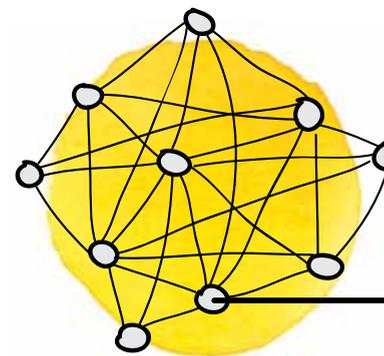
### ***O BPC na Escola não deveria ser tarefa exclusiva da Educação?***

Esta questão foi recorrente entre os técnicos do CRAS, mas o BPC é benefício da assistência social e o acesso à educação é direito de todos. Temos orientado, trazendo a legislação da Secretaria Nacional de Assistência Social, as normativas do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), no sentido de que o público prioritário da Assistência Social são os beneficiários do BPC e suas famílias. [Nosso foco é] o acompanhamento deles, e prioritariamente dos que estão fora escola, dos que trazem outras vulnerabilidades além da inserção na escola, questões que dificultam o acesso e a permanência, ou dificultam até a sobrevivência da família.

*Marli Matos de Godoi*

*Assistente Social, Analista em Assistência e Desenvolvimento Social  
na Proteção Social Básica da SMADS*





## CONCLUSÃO

---

A cidade de São Paulo vem obtendo resultados animadores com o Programa BPC na Escola, graças ao compromisso dos profissionais dos CRAS e SASF, que não poupam esforços em criar condições para localizar os beneficiários, conhecer suas demandas e assegurar o acesso à direitos.

Os obstáculos sociais e econômicos que se interpõem entre uma criança ou adolescente, de baixa renda, com deficiência, são inúmeros e de origens diversas. Na cidade de São Paulo, o trabalho conjunto das pastas municipais da Educação, Saúde, da Pessoa com Deficiência e Mobilidade Reduzida e da Assistência Social, a partir do atendimento individualizado, possibilitou projetar e efetivar políticas públicas visando melhor qualidade de vida para crianças e adolescentes com deficiência.

O empenho coletivo desses profissionais na capacitação para o trabalho de aplicação de questionários, no monitoramento dos beneficiários e suas famílias em seus territórios, a identificação de necessidades a serem supridas e encaminhamentos para o acesso a direitos, inegavelmente, muito contribuíram para os resultados alcançados até o momento.

Mas, o trabalho não terminou. O Programa BPC na Escola deve garantir aos beneficiários para além da inclusão educacional, a equiparação de oportunidades, participação e autonomia. Trata-se de um programa que se configura como ação continuada, de articulação sistemática com as demais políticas para garantir infraestrutura adequada, educação continuada para todos os profissionais, bem como o desenvolvimento de potencialidades e de sociabilidade da criança e do adolescente. Estes são alguns dos desafios para consolidar os avanços conquistados nos últimos anos.

Em termos de gestão, destaca-se a necessidade de investimento em estratégias de consolidação dos Grupos Gestores Regionais (GGRs), e que o CRAS inclua a aplicação do questionário como uma ação de alcance da proteção social básica aos beneficiários do BPC e suas famílias, de monitoramento e avaliação.

**Coordenação da publicação**

Entremeios - Articulação e Formação  
Gustavo Valentim, Isis Lima Soares, Mariana Manfredi, Mariana Moura

**Jornalista responsável**

Danilo Monteiro - MTB 11247

**Consultoria de conteúdo**

Elyria Yoshida

**Fotos**

Alessandro Kusuki, Gustavo Valentim,  
Lucas Bonolo e Wagner Origenes Nunes

**Ilustrações**

Coletivo Entrelinhas

**Diagramação**

Mariana Moura e Roberto Kroupa

**Revisão**

Grácia Lopes Lima

Impressão pela *Prol Editora Gráfica*

Tiragem de 500 exemplares



O Programa BPC na Escola tem como objetivo acompanhar e monitorar o acesso e permanência nas atividades escolares regulares de crianças e adolescentes com deficiência, com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo, contempladas com o Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Esta publicação traz o registro da metodologia e da experiência de aplicação dos questionários que mapeiam a situação dos beneficiários na cidade de São Paulo, no biênio 2014-2015.

O questionário é uma peça-chave para o conhecimento da situação individual, familiar e comunitária do beneficiário de até 18 anos. Um dos maiores esforços da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social da Prefeitura de São Paulo tem sido no sentido de reduzir o número de beneficiários não localizados para responder a este questionário.

A publicação também apresenta a história do programa na cidade, os avanços e os desafios presentes, soluções encontradas, relatos de casos, tipos de acompanhamentos e encaminhamentos realizados, além do impacto nas políticas públicas que o diagnóstico da situação proporcionou.



Cooperação  
**Representação  
no Brasil**

